

Reforma Tributária exigirá revisões no setor de serviços

Haverá créditos a serem utilizados em determinadas aquisições

O setor de serviços, responsável por cerca de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está entre os segmentos que deverão passar por mudanças relevantes com a implementação da Reforma Tributária. A substituição gradual de tributos como PIS, Cofins, ICMS e ISS pelo modelo do IVA dual, formado pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), modifica a forma de apuração dos impostos e exige que as empresas revisem custos, margens e estratégias de precificação.

Ainda que 2026 seja considerado um ano de testes e adaptação, os efeitos da mudança serão percebidos progressivamente ao longo da transição. A partir de 2027, PIS e Cofins serão substituídos pela CBS, enquanto entre 2029 e 2032



Kemelen007_CANVA

ocorrerá a substituição gradual do ICMS e do ISS pelo IBS. A implantação integral do novo modelo está prevista para 2033.

Para Robinson de Castro, contador, advogado e presidente do Grupo Controller, a alteração do sistema tributário também modifica os parâmetros utilizados pelas empresas para definir seus preços. “A Reforma Tributária muda a lógica de formação dos custos e da tributação. Por isso, as empresas precisarão re-

valiar suas margens, seus contratos, a composição dos custos e a forma como os tributos são incorporados ao preço. No setor de serviços, essa análise é especialmente importante porque a estrutura de custos varia bastante entre as atividades”, explica.

Formação de preços

Um dos fatores que contribuem para essa mudança é a adoção do sistema de créditos associado ao IVA. Pela nova lógica, as empresas poderão utilizar créditos

relativos aos tributos pagos em determinadas aquisições para compensar valores devidos nas operações seguintes. O impacto, portanto, dependerá da estrutura de cada negócio, dos custos envolvidos e da possibilidade de aproveitamento desses créditos. A legislação também estabelece tratamentos diferenciados para determinadas atividades do setor de serviços.

A dimensão do segmento ajuda a explicar a relevância dessas mudanças. Além de representar a maior parcela da atividade econômica brasileira, o setor reúne áreas como comércio, transporte, tecnologia, serviços financeiros, educação, saúde, alimentação e serviços profissionais. Com a mudança no sistema tributário, empresas de diferentes segmentos precisarão avaliar como a nova estrutura de impostos interfere em seus custos e na relação com fornecedores e clientes.

16 anos da Política Nacional de Resíduos Sólidos: avanços, desafios e oportunidades para uma economia mais circular

Carlos Silva Filho e Fabricio Soler (*)

No mês de agosto, que ora finda, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, completa 16 anos de vigência. Ao longo desse período, consolidou-se como um dos mais relevantes marcos regulatórios da agenda ambiental brasileira, ao estabelecer princípios, diretrizes e instrumentos voltados à gestão integrada de resíduos sólidos, à economia circular e à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Um dos maiores legados da PNRS foi introduzir no ordenamento jurídico brasileiro o conceito de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, atribuindo deveres individualizados e encadeados aos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Mais do que uma obrigação legal, trata-se de um modelo de governança ambiental que busca distribuir responsabilidades ao longo de toda a cadeia produtiva, reduzindo a geração de resíduos, ampliando sua recuperação e mitigando impactos ambientais e à saúde pública.

Entro os temas relevantes da Lei 12.305/2010 está a implementação dos sistemas de logística reversa, que demonstra a natureza progressiva da própria PNRS. Inicialmente concentrada em cadeias como embalagens de agrotóxicos, pneus, pilhas, baterias e óleos lubrificantes, a política avançou para novos fluxos de resíduos, incorporando embalagens em geral, eletroeletrônicos, medicamentos, vidro, plástico e outros setores estratégicos.

A experiência dos últimos anos demonstra que a construção desses sistemas demanda tempo, investimentos, inovação regulatória e permanente alinhamento entre setor empresarial e Poder Público. Nesse cenário, a previsibilidade regulatória, a harmonização normativa

e o uso de instrumentos de comprovação e rastreabilidade tendem a ocupar papel central na próxima fase de amadurecimento da política pública.

Na política PNRS poucos temas simbolizam tão claramente a necessidade de evolução da gestão de resíduos no Brasil quanto a erradicação dos lixões, que exige não apenas infraestrutura adequada, mas também planejamento regionalizado, sustentabilidade econômico-financeira dos serviços públicos, fortalecimento de modelos de longo prazo, ampliação da coleta seletiva e integração efetiva entre políticas de resíduos, saneamento básico e desenvolvimento urbano. Trata-se de uma medida essencial para proteção da saúde pública, preservação dos recursos naturais, mitigação das mudanças climáticas e promoção da justiça socioambiental.

Entre os aspectos da PNRS, nenhum outro produziu impacto social tão relevante quanto o reconhecimento do papel estratégico das organizações de catadores(as) de materiais recicláveis. A experiência acumulada demonstra que os projetos mais robustos e estruturantes de logística reversa são justamente aqueles desenvolvidos em parceria com cooperativas, associações e redes de catadores(as), promovendo investimentos em infraestrutura, capacitação, formalização e melhoria das condições de trabalho.

Celebrar os 16 anos da PNRS é reconhecer os avanços conquistados, mas também renovar o compromisso coletivo com a construção de um país mais circular, inclusivo e ambientalmente responsável, com a viabilização de soluções concretas para que a Lei seja implementada na sua totalidade.

(*) Carlos Silva Filho é do Conselho Consultivo do Secretário-Geral da ONU para temas de resíduos e sócio da S2F Partners, consultoria internacional em gestão de resíduos.

(*) Fabricio Soler é advogado, professor de direito ambiental e consultor da ONU.

Grupo SBF mobiliza colaboradores no Dia do Voluntariado

Durante dois dias, colaboradores do Grupo SBF, holding que reúne Centauro e Fisia - distribuidora oficial da Nike no Brasil -, trocaram a rotina de trabalho por pincéis, materiais de limpeza e ferramentas para colocar a mão na massa em uma ação de voluntariado. O Mutirão do Esporte mobilizou equipes de lojas, áreas administrativas e centros de distribuição para revitalizar 13 organizações sociais que utilizam o esporte como ferramenta de inclusão e transformação social, dias 24 e 27 últimos.

A iniciativa aconteceu em celebração ao Dia do Voluntariado e levou atividades como pintura, limpeza, organização e melhorias nos espaços utilizados diariamente por crianças, adolescentes e comunidades. As organizações fazem parte da rede de iniciativas apoiadas pelo Transforma, programa de investimento social da Centauro que impulsiona o esporte em comunidades em vulnerabilidade social.

Desde o início do programa, o Transforma já apoiou 39 OSCs em 15 estados e 23 cidades brasileiras. Através das iniciativas aprovadas, o Grupo SBF já beneficiou mais de 300 mil pessoas, entre impactos diretos e indiretos, incluindo mais de 100 mil crianças e adolescentes.



Grupo SBF/Divulgação

Do escritório para a comunidade

No dia 24 de agosto, colaboradores das lojas da Centauro se mobilizaram em seis estados e no Distrito Federal, atuando diretamente nas organizações:

São Paulo:	Fundação EPROCAD e Social Skate — pintura e organização dos espaços;
R. Janeiro:	Ballet Manguinhos — pintura;
Paraná:	Maestro da Bola — pintura;
Goiás:	Associação Seara — pintura e organização dos espaços;

D. Federal:	Instituto Superar — limpeza do ambiente;
Paraíba:	Instituto Otacilio Gama — pintura.

Já no dia 27 de agosto, a mobilização se estendeu aos colaboradores das áreas administrativas e dos centros de distribuição do Grupo SBF. Entre as organizações que receberam as equipes estão Projeto Arrastão, Santa Fé Hunters e JB12, com atividades voltadas à pintura, organização e revitalização dos ambientes.

O Mutirão do Esporte contou com a participação de cerca de 300 colaboradores. A proposta é transformar o voluntariado em uma experiência prática de conexão com o propósito da companhia.

Transforma é um programa de investimento social do Grupo SBF que utiliza o esporte como ferramenta de transformação e desenvolvimento social. A iniciativa apoia organizações da sociedade civil (OSCs) que promovem atividades esportivas e sociais para crianças, adolescentes e comunidades em diferentes regiões do Brasil.



Vendas crescerão 2%

O Instituto de Economia Gastão Vidigal da Associação Comercial de São Paulo (IEGV/ACSP) projeta crescimento de 2,1% nas vendas do comércio varejista brasileiro em 2026. A projeção, cujo recorte é inédito, cobre o chamado “varejo restrito”, categoria que reúne segmentos como supermercados, vestuário, móveis e eletrodomésticos, mas exclui veículos e material de construção. Segundo o estudo, o varejo brasileiro vem desacelerando nos últimos meses, pressionado por juros altos e pelo alto endividamento das famílias, o que atinge com mais força produtos que costumam ser comprados a prazo, como eletrodomésticos e móveis. O modelo, entretanto, projeta melhora gradual no terceiro trimestre, com o PIB devendo crescer também cerca de 2,1% no mesmo período.

Mais Inovação

O BNDES, banco de fomento, aprovou financiamento de R\$ 10,6 milhões para o plano de inovação da AutoMind, empresa brasileira de automação industrial, por meio do programa BNDES Mais Inovação. O projeto integra o Plano AutoMind 2030 e prevê o desenvolvimento e lançamento de soluções digitais escaláveis para os setores de óleo e gás, incluindo operações logísticas de grãos líquidos, com uso de inteligência artificial (IA) e modelos de software como serviço (SaaS). Os recursos serão destinados às etapas de pesquisa, desenvolvimento, validação e implementação das tecnologias, com foco em ampliar a produtividade e acelerar sua adoção pelo mercado.

Saída Fiscal

O número de brasileiros que formalizaram a saída fiscal do país cresceu 80% nos últimos cinco anos,

passando de 25.680 declarações em 2021 para 46.188 até julho de 2026. A informação é da Receita Federal, mostrando que o avanço ocorre em um momento de maior atenção do Fisco para casos em que a mudança declarada não corresponde à realidade econômica e pessoal do contribuinte. De acordo com Bruno Peixoto, especialista em planejamento tributário, da BPTax, o aumento da mobilidade internacional torna a discussão sobre residência fiscal mais complexa. “Não dá para olhar somente para a saída do Brasil. É preciso entender quais obrigações permanecem aqui, quais passam a existir no novo país de residência e como ficam investimentos, empresas e demais ativos”, comenta ele. E conclui: “Daqui para frente, veremos cada vez mais atenção do Fisco”.

Expoinovação/Setembro

A menos de um mês da Expoinovação 2026, mais de 70 palestrantes já estão confirmados para uma programação voltada aos principais desafios enfrentados atualmente por empresas, lideranças e empreendedores. Marcado para os dias 23 e 24 de setembro, em Joinville/SC, o evento terá seis trilhas de conteúdo que passam por tecnologia e inteligência artificial, liderança e pessoas, marketing e vendas, eficiência, inovação aplicada, investimentos e novos negócios. Entre os nomes confirmados estão Felipe Godoy, ex-diretor de Marketing do Canva e ex-Líder do Pinterest; Alessandra Fu Vivian, estrategista em tecnologia, governança e inteligência artificial; Marcelo Toledo, ex-sócio do Nubank, ex-CTO da Oi e fundador da Klivo; Jordan Hang, ex-Gerente de Marketing da Havan e diretor da JH MKT; e Leandro Munhoz, fundador do SuperVendedores e host do Papo de Vendedor.



Formação empreendedora

O Quiero Café abriu inscrições para a segunda turma do “Seja Dono – Quiero Café”, programa criado para formar profissionais que poderão se tornar sócios-operadores de unidades da rede. A iniciativa oferece bolsa mensal de R\$ 5 mil nos três primeiros meses, período de treinamento em Lajeado (RS), e combina formação teórica e prática em gestão, atendimento, processos e operação. Após essa etapa, os participantes passam pela rotina de uma loja e acompanham a implantação de uma nova unidade, da obra à inauguração. Candidatos de todo o Brasil podem participar, desde que tenham disponibilidade para mudança para cidades das regiões Sul e Sudeste (<https://sejadono-qc.netlify.app/>).

Bar/Desacelera

O mercado de trabalho de bares e restaurantes apresentou sinais de desaceleração em julho, segundo os dados mais recentes da PNAD Contínua e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). No trimestre encerrado em julho, o segmento de alojamento e alimentação (com 85% de sua composição formada pelo setor de alimentação fora do lar) registrou redução de 41 mil pessoas ocupadas em relação ao trimestre anterior, encerrado em abril. Já os dados do Caged apontam saldo negativo de 1.304 postos de trabalho em julho, resultado da diferença entre admissões e desligamentos. Mas... apesar da perda de ritmo na margem, os dados da PNAD mostram que o

mercado de trabalho do segmento ainda apresenta crescimento na comparação anual.

Jornada de Psicologia

Segue até amanhã, 3, a III Jornada de Psicologia ESAMC Santos, que este ano debate o tema “Psicopatologias: Para Além do Diagnóstico”. Aberto ao público, evento teve Aula Magna do médico Leandro Carriço Apostolatos, psiquiatra assistente no PROAMIT - IPq - USP e Preceptor de Residência em Psiquiatria na Santa Casa de Santos. Hoje e amanhã haverá atividades simultâneas, dentro da temática, como Debates, Simulações, Oficinas e Estudos de caso. A ESAMC Santos tem parceria com mais de 200 empresas renomadas da região.

Infra/Debênture

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou, em Reunião de Diretoria Pública (RDP), o Edital Complementar que passa a permitir a concessionárias de rodovias e ferrovias federais aderir, a qualquer momento, ao Nível I do Programa de Sustentabilidade para Infraestrutura (PSI). Com a decisão, a ANTT estende a novas concessões e a empresas vencedoras de leilões recentes o acesso a debêntures com incentivo fiscal (valor mobiliário negociado no mercado), ou seja, uma linha de financiamento com custo menor, até então disponível apenas às concessionárias já enquadradas no programa. Na prática, mais concessionárias passam a ter estímulo financeiro para investir em práticas ambientais nas rodovias e ferrovias que usuários e cargas dependem diariamente.